

Este empresário votou a favor do plano. Mas com restrições.

A limitação da captação de empréstimos externos em 1983, ontem aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, foi criticada pelo representante do comércio no órgão, o diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz (foto). Ele disse que votou a favor da medida depois que as autoridades econômicas lhe garantiram que tudo será feito no sentido de não se promover uma recessão no País.

Abílio Diniz considera excessiva a limitação de empréstimos externos em US\$ 10,6 bilhões para 1983, o que aumentará o endividamento do País em 8%, que considera pouco. Ele reconhece, contudo, que as captações externas, atualmente, estão bastante difíceis, sobretudo porque os bancos pequenos estão totalmente fechados e os grandes ainda operam com certa seletividade. Diniz "até desconfia" que dificilmente o País alcançará, este ano, a meta de US\$ 17 bilhões de captações, prevendo em torno de US\$ 15 bilhões.

No entanto, considera "nada razoável" reduzir as captações externas mesmo de US\$ 15 bilhões para US\$ 10,6 bilhões, por entender que no próximo ano o Brasil poderá conseguir no mercado financeiro internacional muito mais, de US\$ 2 a 3 bilhões, que possibilitará menor necessidade de superávit na balança comercial.



Segundo destacou Diniz, o que assusta no documento aprovado pelo CMN é justamente a proposta de se conseguir um superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial. Considera essa meta muito "ambiciosa", prevendo que com muito esforço se alcançará um superávit de US\$ 3 a 4 bilhões, com o conseqüente aumento de captações em

mais US\$ 2 ou 3 bilhões.

Explica que o superávit comercial previsto pelo governo só poderia ser alcançado com a recuperação dos preços das **commodities**, mas considera que isso só ocorrerá depois do segundo semestre de 1983. Nem mesmo a queda dos juros, tanto da **prime** quanto da **libor**, poderá aumentar os preços das **commodities**, assinalou.

Contudo, o diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar acha viável conseguir-se um corte de US\$ 3 bilhões nas importações, mas adverte que esse corte deve ser seletivo, inteligente e sem possibilidades de vir a prejudicar a atividade econômica. O corte nas importações, observou, é de fato necessário se o País não quer passar por uma recessão, e sobre isso disse que recebeu do ministro da Fazenda, do presidente do Banco Central e do secretário-geral da Seplan a garantia de que tudo se fará para evitar recessão no País. "Essa foi uma condição básica para eu votar a favor do documento" — disse.